

## ZOOM SEMANAL



### Sindsep participa da Pré-Marcha das Mulheres Negras em São Luís

O Sindsep participou, no dia 25, da Pré-Marcha das Mulheres Negras em São Luís. Representado por três diretoras, o sindicato integrou a caminhada que saiu da Praça Deodoro até a Praça dos Catraieiros, como parte da mobilização para a Marcha Nacional das Mulheres Negras, marcada para 25 de novembro em Brasília. O evento busca ampliar o engajamento de movimentos sociais e pressionar o Congresso a atender às demandas das mulheres negras.

[Veja matéria completa](#)

### Reforma Administrativa volta à pauta com instalação de grupo de trabalho

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, determinou a instalação de um grupo de trabalho (GT) para discutir uma nova proposta de reforma administrativa, que deverá ser apresentada logo após o recesso parlamentar.

Apesar de ainda não haver um texto final, os debates realizados até aqui indicam possíveis prejuízos aos servidores públicos, o que exige atenção e mobilização das categorias organizadas.

[Veja matéria completa](#)



### Sindsep realiza coleta de votos para o Plebiscito Popular na Conab e no Coren

Na quinta-feira, 31, a direção do SINDSEP-MA realizou ações de coleta de votos do Plebiscito Popular nas sedes da Conab e do Coren-MA. A iniciativa, que segue até setembro, busca envolver a população na discussão de temas como políticas econômicas e reformas que afetam direitos sociais e trabalhistas. Todos podem votar e também atuar como mobilizadores. O sindicato destaca a importância da participação popular para a construção de um Brasil mais justo.

[Veja matéria completa](#)

### Maranhão realiza ato em defesa da soberania nacional

Na tarde desta Sexta-feira, 1º de agosto, o Maranhão promoveu um grande ato público em defesa da soberania nacional, realizado a partir das 15h, na Praça Deodoro, em São Luís.

Com ampla participação, o evento reuniu representantes de todo o conjunto do movimento social, que compareceram em massa para reafirmar o compromisso com a proteção do patrimônio público, dos direitos sociais e da autonomia do país.

[Veja matéria completa](#)



## GT da área ambiental é concluído com avanços

Em reunião do Grupo de Trabalho (GT) constituído para debater pendências do processo de negociação dos trabalhadores do meio ambiente realizada nessa quarta-feira, 30, representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e de entidades representativas dos servidores, incluindo a Condsef/Fenadsef, discutiram avanços e entraves em torno da gratificação por atividade de risco, da indenização de fronteira e de pendências dos acordos firmados em 2024.

Entre os temas debatidos no GT dois já avançaram: o primeiro, que trata da cláusula de barreira do PEC-MA, encontra-se solucionado; o segundo, referente à indenização de fronteira, teve seu reconhecimento estabelecido no âmbito das discussões técnicas desenvolvidas pelo GT, o que será

formalizado por meio de um Projeto de Lei. As discussões sobre a concessão de uma Gratificação de Risco aos servidores da área ambiental deverão ser amadurecidas na Mesa Setorial de Negociação Permanente mantida no MMA.

De acordo com o governo, a reivindicação sobre a indenização de fronteira será atendida dentro dos critérios legais vigentes, observando-se a cumulatividade entre atuação em faixa de fronteira e de difícil provimento.

Foi informado ainda que a alteração na Lei 12.855/2013 está prevista para ocorrer em três etapas: sanção de projeto de lei, publicação de decreto e edição de portaria da ministra do MGI, Esther Dweck, com a lista dos municípios contemplados. A previsão é de que o processo seja concluído até 8 de agosto, respeitando o cro-

nograma de elaboração do PLOA 2026.

O novo projeto de lei deverá incluir os servidores das carreiras de Especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos do Meio Ambiente (PEC-MA), que hoje não são contemplados pela legislação. A medida busca reconhecer o papel estratégico desses profissionais no enfrentamento de crimes ambientais e transfronteiriços, alinhando-os a outras categorias que já recebem a indenização, como é o caso da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Auditoria Fiscal do Trabalho.

A Condsef/Fenadsef solicitou que a SRT elabore um resumo final, que deverá servir de base para apresentação aos servidores em todo o Brasil.

Fonte: Condsef